

- Cada item das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Eventuais espaços identificados pela expressão “Espaço livre” que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

TEXTO I

1 O Ministério Público é fruto do desenvolvimento do
Estado brasileiro e da democracia. A sua história é marcada por
processos que culminaram consolidando-o como instituição e
4 ampliando sua área de atuação.

No período colonial, o Brasil foi orientado pelo direito
lusitano. Não havia o Ministério Público como instituição. Mas
7 as Ordenações Manuelinas de 1521 e as Ordenações Filipinas
de 1603 já faziam menção aos promotores de justiça,
atribuindo-lhes o papel de fiscalizar a lei e de promover
10 a acusação criminal. Existiam ainda o cargo de procurador dos
feitos da Coroa (defensor da Coroa) e o de procurador da
Fazenda (defensor do fisco).

13 Só no Império, em 1832, com o Código de Processo
Penal do Império, iniciou-se a sistematização das ações do
Ministério Público. Na República, o Decreto n.º 848/1890, ao
16 criar e regulamentar a justiça federal, dispôs, em um capítulo,
sobre a estrutura e as atribuições do Ministério Público no
âmbito federal.

19 Foi na área cível, com a Constituição Federal de 1988,
que o Ministério Público adquiriu novas funções, com destaque
para a sua atuação na tutela dos interesses difusos e coletivos.
22 Isso deu evidência à instituição, tornando-a uma espécie de
ouvidoria da sociedade brasileira.

Internet: <www.mpu.mp.br> (com adaptações).

Com relação às ideias e às estruturas linguísticas do texto I, julgue os itens que se seguem.

- 1 Caso se substituísse “iniciou-se” (ℓ.14) por **foi iniciada**, a correção gramatical do período seria prejudicada.
- 2 A correção gramatical do texto seria mantida caso a expressão “sobre a” (ℓ.17) fosse substituída por **acerca da**.
- 3 A palavra “cível” recebe acento gráfico em decorrência da mesma regra que determina o emprego de acento em **amável** e **útil**.
- 4 Na linha 2, a expressão “A sua história” refere-se ao antecedente “democracia”.
- 5 O adjetivo “lusitano” (ℓ.6) diz respeito a português, ou seja, originário de Portugal.
- 6 A correção gramatical do texto seria preservada caso se substituísse a expressão “a acusação” (ℓ.10) por **à acusação**, pois, nesse caso, o emprego do sinal indicativo de crase é opcional.

TEXTO II

1 A partir de uma ação do Ministério Público Federal
(MPF), o Tribunal Regional Federal da 2.ª Região (TRF2)
determinou que a Google Brasil retirasse, em até 72 horas, 15
4 vídeos do YouTube que disseminam o preconceito, a
intolerância e a discriminação a religiões de matriz africana,
e fixou multa diária de R\$ 50.000,00 em caso de
7 descumprimento da ordem judicial. Na ação civil pública, a
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (PRDC/RJ)
alegou que a Constituição garante aos cidadãos não apenas a
10 obrigação do Estado em respeitar as liberdades, mas também
a obrigação de zelar para que elas sejam respeitadas pelas
pessoas em suas relações recíprocas.

13 Para a PRDC/RJ, somente a imediata exclusão dos
vídeos da Internet restauraria a dignidade de tratamento, que,
nesse caso, foi negada às religiões de matrizes africanas.
16 Corroborando a visão do MPF, o TRF2 entendeu que a
veiculação de vídeos potencialmente ofensivos e fomentadores
do ódio, da discriminação e da intolerância contra religiões de
19 matrizes africanas não corresponde ao legítimo exercício do
direito à liberdade de expressão. O tribunal considerou que a
liberdade de expressão não se pode traduzir em desrespeito às
22 diferentes manifestações dessa mesma liberdade, pois ela
encontra limites no próprio exercício de outros direitos
fundamentais.

Internet: <http://fbde.org.br> (com adaptações).

A respeito das ideias e das estruturas linguísticas do texto II, julgue os itens subsequentes.

- 7 Predomina no texto em apreço o tipo textual narrativo.
- 8 A substituição da palavra “alegou” (ℓ.9) por **argumentou** prejudicaria o sentido original do texto.
- 9 Mantém-se a correção gramatical do período ao se substituir “restauraria” (ℓ.14) por **poderia restaurar**.
- 10 Altera-se totalmente a informação original do período ao se substituir a palavra “Corroborando” (ℓ.16) por **Confirmando**.
- 11 Nas linhas 21 e 22, o emprego do sinal indicativo de crase em “às diferentes” justifica-se pela regência de “desrespeito”, que exige complemento antecedido da preposição **a**, e pela presença de artigo feminino plural antes de “diferentes”.

TEXTO III

1 O surgimento da Internet remonta à década de 60 do século passado, em um projeto do governo norte-americano no combate à guerra, pelo qual as comunicações intragovernamentais passaram a ser internalizadas, para evitar a publicação de dados relevantes à segurança nacional.

7 Posteriormente, na década de 70, foi criado o protocolo Internet, que permitiu a comunicação entre os seus poucos usuários até então, uma vez que ela ainda estava restrita aos centros de pesquisa dos Estados Unidos da América.

10 Na década de 80, foi ampliado o uso da Internet para a forma comercial e, finalmente, na década de 90, a Internet alcançou o seu auge, pois atingiu praticamente todos os meios de comunicação. O histórico dos crimes cibernéticos, por sua vez, remonta à década de 70, quando, pela primeira vez, foi definido o termo *hacker*, como sendo aquele indivíduo que, dotado de conhecimentos técnicos, promove a invasão de sistemas operacionais privados e a difusão de pragas virtuais.

Artur Barbosa da Silveira. Os crimes cibernéticos e a Lei n.º 12.737/2012. In: Internet: <www.conteudojuridico.com.br> (com adaptações).

Julgue os itens que se seguem, acerca das ideias, das estruturas linguísticas e da tipologia do texto III.

- 12 Mantêm-se a correção gramatical e o sentido original do período ao se substituir a expressão “uma vez que” (ℓ.8) por qualquer um dos seguintes termos: porque, já que, pois, por conseguinte.
- 13 A oração “que, dotado (...) pragas virtuais” (ℓ. de 15 a 17) é de natureza restritiva.
- 14 Na linha 1, a expressão “remonta à” está sendo empregada com o sentido de **deu-se na** ou de **ocorreu na**.
- 15 As vírgulas empregadas nas linhas 7 e 8 isolam oração de natureza condicional.

TEXTO IV

1 Segundo a doutrina nacional, os crimes cibernéticos (também chamados de eletrônicos ou virtuais) dividem-se em puros (ou próprios) ou impuros (ou impróprios). Os primeiros são os praticados por meio de computadores e se realizam ou se consomem também em meio eletrônico. Os impuros ou impróprios são aqueles em que o agente se vale do computador como meio para produzir resultado que ameaça ou lesa outros bens, diferentes daqueles da informática.

10 É importante destacar que o art. 154-A do Código Penal (Lei n.º 12.737/2012) trouxe para o ordenamento jurídico o crime novo de “invasão de dispositivo informático”, que consiste na conduta de invadir dispositivo informático alheio, conectado ou não à rede de computadores, mediante violação indevida de mecanismo de segurança e com o fim de obter, adulterar ou destruir dados ou informações sem autorização expressa ou tácita do titular do dispositivo, ou instalar vulnerabilidades para obter vantagem ilícita. Quanto à culpabilidade, a conduta criminosa do delito cibernético caracteriza-se somente pelo dolo, não havendo a previsão legal da conduta na forma culposa.

Idem, ibidem.

Em relação às ideias e às estruturas linguísticas do texto IV, julgue os itens a seguir.

- 16 Depreende-se das informações do texto que, nos crimes cibernéticos chamados impuros ou impróprios, o resultado extrapola o universo virtual e atinge bens materiais alheios à informática.
- 17 Infere-se dos fatos apresentados no texto que a consideração de crime para os delitos cibernéticos foi determinada há várias décadas, desde o surgimento da Internet.
- 18 Na linha 10, a forma verbal “trouxe” está no singular porque tem de concordar com “Lei”.
- 19 A palavra “adulterar” (ℓ.15) está sendo empregada com o sentido de alterar prejudicando.
- 20 Prejudicam-se a correção gramatical e as informações originais do período ao se substituir “ilícita” (ℓ.17) por **ilegal**.

Julgue os itens a seguir, de acordo com o regime jurídico das autarquias.

- 21 Autarquia é entidade dotada de personalidade jurídica própria, com autonomia administrativa e financeira, não sendo possível que a lei institua mecanismos de controle da entidade pelo ente federativo que a criou.
- 22 As autarquias responderão objetivamente pelos danos provocados por seus agentes a terceiros, ainda que se comprove que esses agentes tenham agido com prudência, perícia e cuidados exigidos.
- 23 O instrumento adequado para a criação de autarquia é o decreto, pois o ato é de natureza administrativa e de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo.

O servidor responsável pela segurança da portaria de um órgão público desentendeu-se com a autoridade superior desse órgão. Para se vingar do servidor, a autoridade determinou que, a partir daquele dia, ele anotasse os dados completos de todas as pessoas que entrassem e saíssem do imóvel.

Com referência a essa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

- 24 O ato praticado pela autoridade superior, como todos os atos da administração pública, está submetido ao princípio da moralidade, entretanto, considerações de cunho ético não são suficientes para invalidar ato que tenha sido praticado de acordo com o princípio da legalidade.
- 25 O ato da autoridade superior foi praticado no exercício de seu poder disciplinar.
- 26 Na situação apresentada, a ordem exarada pela autoridade superior é ilícita, por vício de finalidade.

Acerca do regime jurídico dos servidores públicos federais, julgue os itens subsequentes.

- 27 O servidor público federal estável, habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo, só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- 28 Os atos praticados pelos servidores do MPU possuem presunção de legitimidade, não sendo possível, por isso, questionar-se, administrativamente, a veracidade dos fatos expostos em declaração por eles exarada.
- 29 O servidor ocupante de cargo em comissão pode ser exonerado a qualquer momento, independentemente de motivação.
- 30 Os impedimentos, as proibições e os deveres previstos na Lei n.º 8.112/1990 somente se aplicam ao servidor público após a posse, momento em que ocorre a investidura no cargo.

Com relação à Lei Orgânica do MPU, bem como às funções, aos princípios institucionais e à autonomia funcional e administrativa do Ministério Público (MP), julgue os itens a seguir.

- 31 Caso um indivíduo tenha sido preso em flagrante delito por ter cometido crime de competência da justiça federal, o membro do Ministério Público Federal (MPF) que atuar no caso terá independência funcional irrestrita.
- 32 Se o MP elaborar proposta orçamentária em desacordo com os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.
- 33 Se um membro do MP, no exercício do controle externo da atividade policial, comparecer a determinado estabelecimento policial, a ele deverá ser dado acesso a todo documento que esteja na instituição.
- 34 É função institucional do MP promover o inquérito civil e a ação civil pública para proteger patrimônio público e social que sofra ameaça de lesão.

No que se refere aos vários MPs, ao procurador-geral da República e aos demais procuradores-gerais, julgue os próximos itens.

- 35 O procurador-geral da República pode ser exonerado por iniciativa do presidente da República depois de autorização da maioria absoluta dos membros do Senado Federal, em votação secreta.
- 36 A nomeação do procurador-geral de justiça de determinado estado da Federação deve ser feita pelo governador do estado, com base em lista sêxtupla de integrantes da carreira, para o mandato improrrogável de dois anos.
- 37 Com carreiras independentes entre si e com organizações próprias, o MP junto ao TCU e o MPF integram o MPU.

No que diz respeito aos membros do MPU e às funções exclusivas e concorrentes do MP, julgue os itens subsequentes.

- 38 Um membro do MPU que tenha sido promovido pode, a qualquer tempo, renunciar à promoção se houver vaga na categoria imediatamente anterior.
- 39 Se a exploração de atividade econômica de uma empresa causar lesão ao meio ambiente, o MP poderá propor ação civil pública para protegê-lo. Entretanto, a legitimação do MP para propor a ação não impedirá a de terceiros.
- 40 Se, em investigação realizada pela Polícia Federal, forem constatados indícios da prática de infração penal por membro do MPU, e se a infração for da competência da justiça federal, a autoridade responsável poderá indiciar o referido membro, mas deverá informar o andamento das investigações ao procurador-geral da República e ao corregedor-geral do MPF.

Com relação a moral e ética, julgue os itens a seguir.

- 41 A ética é um ramo da filosofia que estuda a moral, os diferentes sistemas públicos de regras, seus fundamentos e suas características.
- 42 Moral pode ser definida como todo o sistema público de regras próprio de diferentes grupos sociais, que abrange normas e valores que são aceitos e praticados, como certos e errados.

Acerca de ética deontológica e de ética e democracia, julgue os próximos itens.

- 43 A ética envolve um processo avaliativo do modo como os seres humanos, a natureza e os animais intervêm no mundo ao seu redor.
- 44 Ser honesto e verdadeiro e cumprir promessas são considerados princípios éticos.

Acerca de ética e função pública, julgue os itens que se seguem.

- 45 As características requeridas dos ocupantes de cargos públicos incluem concentração no trabalho, dedicação, empenho para servir a comunidade e competência técnica.
- 46 Decoro, por ser uma disposição interna para agir corretamente, não é passível, para o servidor público, de ser aprendido ao longo de sua carreira.
- 47 Para que a conduta do servidor público seja considerada irrepreensível é suficiente que ele observe as leis e as regras imperativas.

Com base no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, julgue o item seguinte.

- 48 Nos órgãos públicos federais, entre os servidores sujeitos à apuração de desvio ético, previsto no Decreto n.º 1.171/1994, não estão incluídos colaboradores terceirizados, como brigadistas e vigilantes.

Acerca de deveres, proibições e penalidades previstos na Lei n.º 8.112/1990, julgue o item subsequente.

- 49 Atrasos constantes no cumprimento da jornada de trabalho podem caracterizar conduta desidiosa, procedimento que, de acordo com o estatuto dos servidores públicos civis da União, pode resultar em demissão.

Com base nas disposições da Resolução n.º 10/2008, da Comissão de Ética Pública da Presidência da República, julgue o item subsequente.

- 50 Não será objeto de Acordo de Conduta Pessoal e Profissional (ACPP) o desvio ético do gestor público que, deliberadamente, proferir ofensas a subordinado, na presença da equipe, prejudicando a reputação desse servidor.